

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Fraudes e falta de transparência para concessão de benefícios contribuem para o aumento do déficit previdenciário, que pode chegar a R\$ 700 bi em 2040, dizem analistas

Descompasso entre receitas e despesas

» ROSANA HESSEL

O aumento crescente do rombo previdenciário é um dos principais motivos para que uma nova reforma seja necessária antes de 2030, pois o descompasso entre a receita e as despesas segue em expansão, de acordo com especialistas. Conforme os dados do Tesouro Nacional, no acumulado em 12 meses até agosto, as despesas com benefícios previdenciários cresceram 7,1%, em termos reais (descontada a inflação) para R\$ 940 bilhões. Enquanto isso, a receita do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) avançou 5,1%, na mesma base de comparação, para R\$ 638,3 bilhões. Enquanto isso, o déficit da Previdência somou R\$ 239,6 bilhões no acumulado de janeiro a agosto — mais do que o dobro do rombo fiscal registrado no mesmo período de 2024, de R\$ 100 bilhões.

A tendência, de acordo com os analistas, é de que o déficit previdenciário continue aumentando, podendo chegar a R\$ 700 bilhões em 2040, ajudando, com isso, a ampliar o endividamento público.

Na avaliação do economista e especialista em Previdência Leonardo Rolim, consultor legislativo da Câmara dos Deputados, uma fiscalização mais apurada na concessão de benefícios será fundamental para a redução do déficit da Previdência. Segundo ele, medidas equivocadas, como o Atestmet, estão fazendo com que haja uma explosão na concessão de auxílios-doenças, que dispararam cerca de 70% neste ano em relação ao ano passado.

“As fraudes nos benefícios sempre existiram, mas ficou mais fácil forjar um atestado no sistema e isso precisará ser combatido como uma das formas de controle de despesas”, alerta Rolim, que foi presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no governo anterior. “Se houver uma boa gestão e combate às fraudes das despesas indevidas do INSS, seria possível economizar de R\$ 25 bilhões a R\$ 35 bilhões por ano”, afirma.

Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, também aponta as fraudes na Previdência como um



Não é preciso ser um especialista para saber que há alguma coisa errada e, portanto, é preciso colocar uma lupa sobre as concessões desses benefícios, porque as contas estão ficando muito salgadas”

Fábio Giambiagi, pesquisador associado do FGV Ibre

dos problemas que precisam ser combatidos pelo governo de forma mais transparente, uma vez que reflete em riscos para a sustentabilidade da dívida pública. Vale lembrar que, pelas projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2025, a dívida pública bruta do Brasil passará de 90% do PIB — patamar insustentável para países emergentes. Não à toa, o dólar segue em alta e voltou a ficar acima de



R\$ 5,70, em grande parte, devido ao aumento da desconfiança na capacidade do governo em conseguir equilibrar as contas públicas, destaca Barros, da ARX. “As incertezas estão aumentando e, infelizmente, não estamos vendo transparência nos números que o governo tem mostrado de que está passando um pente-fino nos benefícios”, acrescenta.

“Além do problema do déficit fiscal, a falta de transparência na concessão desses benefícios também é um fator de risco soberano, pois gera um buraco difícil de ser tapado”, alerta Barros. Para ele, não há como o novo arcabouço fiscal se manter em pé com o forte aumento das despesas previdenciárias.

O economista Rogério Nagamine Costanzi destaca também que um outro problema que está sendo criado para a Previdência é a aposentadoria do Microempreendedor Individual (MEI) que, pelas contas dele, deverá gerar um déficit de R\$ 729 bilhões no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) nos próximos 40 anos.

“A exclusão dos servidores estaduais e municipais da reforma da Previdência também é um das principais questões a ser enfrentada, pois dois em cada três municípios ainda não fizeram a

reforma”, ressalta Nagamine.

De acordo com o especialista, uma nova reforma da Previdência vai ter resistências, como tem ocorrido em vários países. “Mas, na verdade, é preciso pensar sobre o peso da não reforma para as gerações futuras para financiar o sistema de aposentadorias. Sem ela, seria preciso uma alíquota de 70% sobre a folha de pagamentos em 2060 para custear a Previdência, o que ficaria muito pesado”, explica. Ele reconhece que muitos jovens sequer têm preocupação com a aposentadoria e até mesmo uma queda de jovens contribuindo para a Previdência, de forma geral. “As pessoas geralmente começam a se preocupar com aposentadoria aos 40 anos”, acrescenta.

O economista Fábio Giambiagi, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), frisa ainda que a ampliação da base de pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é outro fator de desequilíbrio nas contas da Previdência. “Não é preciso ser um especialista para saber que há alguma coisa errada e, portanto, é preciso colocar uma lupa sobre as concessões desses benefícios, porque as contas estão ficando muito salgadas”, alerta.

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Oportunidades perdidas

A economia fotogênica na imagem instantânea do nível de atividade e tenebrosa nos boletins que reportam o aumento da dívida pública — 11 pontos de porcentagem entre 2023 e 2026 ou R\$ 1,3 trilhão em dinheiro de hoje, e isso sem pandemia, segundo estimativa do FMI — faz a festa dos juros altos... E interdição a visão de que somos a grande oportunidade no mundo para investimentos em ativos reais.

Uma teia de fatores, começando pelo pouco empenho do governo ou inabilidade em mostrar os potenciais efetivos do país com anúncios adequados às plateias de investidores globais, conta parte do que nem deveria merecer explicação sobre o baixo astral dos mercados.

O governo quer o reconhecimento das agências de risco de crédito de que tem se esforçado no controle das contas públicas conforme o desenho do chamado arcabouço fiscal, enquanto os donos do dinheiro aplicado em papéis de dívida do Tesouro desconfiam das intenções.

Ajuste fiscal baseado em aumento de impostos ao ritmo de +10% no acumulado do ano até setembro, com a despesa pública avançando à frente por vários corpos de vantagem, não é ajuste, é antecipação de desajuste via juro como as atas do Banco Central vêm alertando.

A Receita Federal projeta ganho da arrecadação de 10% acima da inflação no ano calendário, o que, segundo o economista Fernando Montero, puxará a carga tributária para um novo recorde de 22,9% do PIB (a diferença para os 33% de carga total vem do ICMS e dos outros impostos dos governos regionais). O país não é carente de mais tributação, carece, isso sim, de oneração menos regressiva.

Na ponta da despesa, supostamente enquadrada pela meta teórica de déficit fiscal zerado (excluídos juros), tem-se números mascarados pela exclusão de gastos dessa métrica, o que embeleza o resultado primário, mas o expõe na medida irretocável da dívida federal.

Nessa contabilidade oficial, a dívida bruta vai escalar de 71,7% do PIB em 2022 para 79,5% este ano (+7,8 pontos percentuais), e 82% ano que vem. Na conta do FMI, que incluem os títulos públicos na carteira do BC, a dívida saltará de 83,9% em 2022 para 94,7% em 2026, e essa é a medida comparável a outros países. Na média dos países emergentes, a relação é de 70,8% este ano, chegando a 75% em 2026.

Não é nenhum absurdo, como sugerem os economistas dos traders dos títulos do Tesouro, mas não é a maravilha que dizem ao presidente.

Procuram-se ideias. E nomes?

Entender bem o desequilíbrio entre despesa e receita, em especial suas causas e suas sequelas, é obrigação dos governantes. Já será relevante, para começar, entender que é mais isso que aumentos dos investimentos e ganhos de produtividade o que explica os bons dados do crescimento econômico, o desemprego baixo e a renda em alta.

Tais aditivos vêm, sobretudo, da incorporação de alguns milhões de pessoas nos programas de transferência de renda, nas folhas de aposentados e pensionistas e na correção ampliada neste governo dos valores repassados. O que isso representa? Ao PIB, quase tudo.

Nas contas de Montero, a renda restrita (conceito do BC que capta melhor que a massa salarial o potencial de consumo e de poupança) ganhou quase R\$ 1 trilhão nos últimos dois anos. “É essa magnitude de uma renda ocupando metade do PIB, gerando gastos e alavancando o crédito, que a economia absorveu desde meados de 2022”, diz ele.

E daí? Era para o PIB bombar. Se a renda ocupando meio PIB cresce três vezes o mesmo PIB, algo o seguro, ou a inflação galoparia ou as contas externas teriam a cara da Argentina ou as duas coisas.

O misto de crescimento com juros salgados absorveu o tsunami de rendas sem traumas, afora faniquitos de “fariáliers”.

Como esse aumento de gasto veio para ficar enquanto boa parte dos tributos onerados é excepcional, a conta não fecha. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quer mais, mas o empresário diz que deu o que podia, o eleitorado respondeu em massa votando em nomes de partidos de centro e direita (mais de dois terços nas eleições municipais), a esquerda encolheu, a popularidade do presidente não escala e o Congresso é conservador. Portanto, procuram-se ideias.

Receita para atrair capitais

Não, não precisamos de grandes planos. O capital ainda é farto no mundo e, de certa forma, aqui também. Faltam poucos requisitos.

Ao governo, não há como evitar moderação nos seus programas, e se o fizer, com Lula à frente, dificilmente o Congresso aceitará ser taxado de irresponsável. Não implica que abraçará a ortodoxia nem o ultraliberalismo de vitrine da direita extremada. Significa que entendeu o que o eleitor espera da centro-direita em 2026.

Isso impõe dois movimentos. O 1º exclui aumentos de tributos como a Fazenda ainda aspira. *No way*. O 2º é mais técnico: saber separar o fluxo dos gastos orçamentários dos estoques (deficits bancados com emissão de dívida). Mal dosados, a economia vai para o brejo.

Enfim, com formulação macroeconômica de qualidade e time que fale a língua dos investidores, o capital que tem evitado a China não quer pôr todos os ovos na cesta de Donald Trump ou Kamala Harris e recebe mais a Europa do que o mundo emergente vai chegar para comprar e arriscar.

O país se faz construindo

O governo maneja o tabuleiro em que se movimenta uma jornada bem-sucedida do desenvolvimento. O empresariado, ainda pouco presente, e o investidor financeiro são as peças desse game, que está em curso, mas desequilibrado, com mais dívida que *equity*. Que fazer?

Fazer o que todos fazem ou fizeram: no plano interno, motivar os empresários a investir em áreas novas ao seu negócio, papéis hoje de fundos de participações, essenciais, mas não empreendedores. No plano externo, dizer que estamos abertos a negócios. Foi o que fez a Arábia Saudita, após a cúpula do Brics+ na Rússia, em que autocratas e deslumbrados se reuniram para hostilizar o Ocidente: recepcionou um grupo seleto de bilionários para um *preview* do seu megaprojeto turístico e tecnológico de US\$ 1 trilhão.

A economia se faz construindo, não trocando papéis de dívida. Num reptó à indolência dos EUA, Marc Andreessen, criador do *browser* de internet e cofundador da Andreessen Horowitz, encorajou:

“Precisamos exigir mais dos nossos líderes políticos, dos nossos CEOs, dos nossos empresários, dos nossos investidores. Precisamos exigir mais uns dos outros. Sempre há pessoas excelentes mesmo nos sistemas mais quebrados. Nossa nação e nossa civilização foram construídas com produção, com construção. Há apenas uma maneira de honrar esse legado e criar o futuro que queremos: construindo!”

Fica a dica.

BANCOS

BID: Há lacuna global para financiamento climático

“Precisamos das instituições privadas”. A frase foi dita pelo presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn, ao apontar a existência de uma lacuna global significativa em relação ao financiamento climático, à pobreza e à segurança alimentar.

Na opinião do executivo, que participou ontem do Seminário Anual de Bancos Internacionais, os recursos do setor público são insuficientes por causa dos orçamentos apertados dos países, agravados por desafios, como a guerra na Ucrânia, e o endividamento dos países receptores. “É muito clara a lacuna que existe globalmente para fazer tudo o que todos nós precisamos fazer”, reforçou.

Goldfajn avaliou que, apesar dos esforços feitos por instituições como o BID, essas medidas ainda são insuficientes. Justamente por isso, defendeu que a participação do setor privado é crucial, não apenas na criação e alocação de riqueza, mas na realocação de recursos existentes. Para ele, a colaboração entre os setores público e privado é essencial, com foco

na inovação financeira e na estabilidade regulatória e jurídica para atrair investimentos.

Ele elogiou parcerias com instituições privadas, como a feita com o Santander recentemente.

“Iniciativas como a parceria com o Santander, que envolveu a venda de 95% de um portfólio de US\$ 1 bilhão pelo BID Invest, exemplificam estratégias para mobilizar recursos privados”, disse Ilan, apontando que tais esforços são fundamentais para superar os desafios globais atuais.

Banco Central

Mercados diversos têm se mostrado capazes de administrar bem as suas economias dentro de um contexto global polarizado, disse o presidente do BID, elogiando o fato de o que o Banco Central do Brasil tem adotado uma postura divergente do Federal Reserve (FED), banco central dos EUA) quanto aos juros, demonstrando sua independência operacional. Goldfajn foi presidente do BC de 2016 a 2019.

“Essa eficácia é notável em várias regiões, incluindo a América

Marcos Oliveira/Agência Senado



Ilan Goldfajn defende colaboração entre setores público e privado

Latina, onde a atuação dos bancos centrais, especialmente no timing de elevação das taxas de juros, foi benéfica”, afirmou, citando que o Banco Central do Brasil tem adotando uma postura divergente do Federal Reserve, o que reforça a percepção de sua independência operacional. “Essa independência, contudo, não implica desconsideração dos eventos globais, dada a sua relevância para a capacidade de ação dos bancos centrais”, disse.

Na avaliação dele, o papel dos bancos centrais, que também atuam como reguladores, é crucial para a criação de estabilidade, essencial para o crescimento econômico, o manejo da dívida e o enfrentamento de grandes desafios. “A importância dessa estabilidade não pode ser subestimada, abrangendo também a inclusão financeira, a modernização dos sistemas de pagamento e a integração das moedas digitais. Há um vasto campo de atuação para os bancos centrais que pode ser explorado”, observou.